



Septiembre 2019 - ISSN: 2254-7630

ECONOMIA SOLIDÁRIA: ANÁLISE DO PERFIL DOS EMPREENDIMENTOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL¹

Anna Carolina Oliveira Carvalho²
Lessí Inês Farias Pinheiro³

Para citar este artículo puede utilizar el siguiente formato:

Anna Carolina Oliveira Carvalho y Lessí Inês Farias Pinheiro (2019): "Economia solidária: análise do perfil dos empreendimentos de economia solidária no Brasil", Revista Caribeña de Ciencias Sociales (septiembre 2019). En línea

<https://www.eumed.net/rev/caribe/2019/09/economia-solidaria-brasil.html>

Resumo

A economia solidária é uma alternativa de produção e consumo que diverge dos padrões impostos pelo capitalismo, uma vez que se partilha igualitariamente os resultados dos empreendimentos. Ao longo do tempo, a economia solidária ganhou apoio dos governos, o que representou uma expansão da atividade econômica na área, devido aos inúmeros programas e projetos. Esse estudo buscou discutir as políticas de apoio à economia solidária no Brasil, enfatizando a evolução e a caracterização destes empreendimentos, identificando o perfil dos empreendimentos de economia solidária no país no período de 2009 a 2013, devido à disponibilidade de dados. Como esta pesquisa visou analisar a evolução dos empreendimentos, e também as pesquisas acadêmicas sobre o tema, foram utilizadas as pesquisas bibliográfica, documental e estatística descritiva.

Palavras-chave: Economia Solidária. Empreendimentos Solidários. Políticas públicas.

Resumen

La economía solidaria es una alternativa de producción y consumo que difiere de los estándares impuestos por el capitalismo, ya que comparte los mismos resultados que las empresas. Con el tiempo, una economía solidaria ha ganado el apoyo de los gobiernos, o representa una expansión de la actividad económica en el área, debido a la cantidad de programas y proyectos. Este estudio tuvo como objetivo discutir cómo las políticas que apoyan la economía solidaria en Brasil, enfatizando una evolución y caracterizando a estas empresas, identificando el perfil de las empresas de economía solidaria en el país de 2009 a 2013, debido a la disponibilidad de datos. Como esta investigación permite analizar la evolución de las empresas y también las investigaciones académicas sobre el tema, se utilizaron las investigaciones de estadísticas bibliográficas, documentales y descriptivas.

Palabras clave: Economía solidaria. Empresas solidarias. Políticas públicas.

Abstract

¹ Este artigo é produto de pesquisa de Iniciação Científica realizada na Universidade Estadual de Santa Cruz, com apoio do Programa PROIC/CNPQ.

² Graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). E-mail: acocarvalho3@gmail.com

³ Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Docente nível Pleno do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). E-mail: lifpinheiro@uesc.br

Solidarity economy is an alternative of production and consumption that differs from the standards imposed by capitalism, since it shares the same results of the enterprises. Over time, a solidary economy has gained support from governments, or represents an expansion of economic activity in the area, due to the number of programs and projects. This study aimed to discuss how policies to support the solidarity economy in Brazil, emphasizing an evolution and characterizing these enterprises, identifying the profile of solidarity economy enterprises in the country from 2009 to 2013, due to the availability of data. As this research allows to analyze the evolution of the enterprises and also the academic researches on the theme, the bibliographical, documentary and descriptive statistics researches were used.

Keywords: Solidarity Economy. Solidary Enterprises. Public policy.

1 Introdução

A economia solidária é um modo de organização de atividades econômicas baseado na cooperação, autogestão e solidariedade, através de empreendimentos coletivos. O princípio da economia solidária centra-se na apropriação coletiva dos meios de produção e democratização do excedente econômico (lucro) gerado por estes. Assim, a economia solidária se opõe à exploração do trabalhador ao mesmo tempo em que promove desenvolvimento harmonioso. A economia solidária tem seu princípio datado pouco após o surgimento do capitalismo industrial, onde industriais com níveis maiores de instrução começaram a propor leis de proteção social aos trabalhadores.

Assim sendo, compreende-se a economia solidária como estratégia e política de desenvolvimento local solidário, uma vez que é voltada para o desenvolvimento socioeconômico de um público que é historicamente excluído. Por este motivo também, o intuito deste trabalho consiste em analisar quão importante é o papel do Estado e das iniciativas de políticas públicas no que cerne a expansão da econômica solidária.

Este estudo buscou discutir a evolução das políticas de apoio à economia solidária no Brasil, enfatizando a evolução e a caracterização destes empreendimentos, identificando o perfil dos empreendimentos de economia solidária no país no período de 2009 a 2013, devido à disponibilidade de dados.

Deste modo, para atender aos objetivos, foi realizada pesquisa documental, tendo como fonte de informação o Ministério do Trabalho e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Foi utilizada a estatística-descritiva para análise dos dados empíricos que demonstraram o perfil dos empreendimentos de economia solidária no Brasil. O período considerado para o levantamento de dados foi definido a partir da disponibilidade de informações no Observatório Nacional da Economia Solidária e do Cooperativismo (ONESC) do Ministério do Trabalho.

2 Economia solidária: histórico, conceituação e tipologia

A economia solidária tem seu princípio datado pouco após o surgimento do capitalismo industrial, onde industriais com níveis maiores de instrução começaram a propor leis de proteção social aos trabalhadores, como Robert Owen. Owen defendia que bons salários e boas condições de trabalho não eram incompatíveis com a prosperidade dos negócios, ao mesmo tempo em que acreditava que o lucro industrial e comercial deveria ser suprimido. A solução para a melhora na condição de vida dos trabalhadores deveria ser a formação de cooperativas de produção, onde os cidadãos poderiam trabalhar comunitariamente (SINGER, 2002).

Para Owen (2002), o modo de organização social capitalista provoca desordem e confusão, de modo que não há objetivo definido, exceto a busca insaciável pela acumulação de riquezas, que consequentemente, acarreta em miséria e pobreza. Assim, para Owen, seria necessário que o governo estabelecesse núcleos de associações-modelo, onde haveriam “aldeias” divididas em terras e indústrias, onde em cada uma haveria de 500 a 2000 habitantes, produzindo seu próprio sustento, e os excedentes seriam trocados entre as aldeias. Além disso, o produto do trabalho seria repartido de modo referente com o tempo gasto na produção.

De acordo com Singer (2002), Owen apresentou seu plano de “aldeias cooperativas” para o governo britânico. A ideia era que se estas “aldeias” fossem construídas, o governo não precisaria mais utilizar dos fundos públicos para subsidiar os pobres, uma vez que aos poucos, a pobreza seria extinta. O papel do governo, em relação a estes empreendimentos, seria somente fornecer incentivos financeiros para que as aldeias se estabelecessem. Em 1844, Owen colocou seu projeto em prática, com 28 trabalhadores e artesãos da cidade de Rochdale, através da construção de um armazém cooperativo, no térreo de um pequeno edifício. Cinco anos depois, em 1851, já existiam 44 cooperativas, as quais possuíam fundos suficientes para fomentar projetos de assistência social (ZAAR, 2013).

Percebe-se que Owen foi um revolucionário, uma vez que inventou a autogestão, com o princípio fundamental da democracia, onde não haveria a relação patrão e empregado. Assim, talvez a maior diferença entre a economia capitalista e a economia solidária é a maneira como as empresas são administradas. Enquanto a economia capitalista aplica o modelo de hierarquização, dividida em níveis sucessíveis de autoridades, a economia solidária atua de maneira democrática, praticando a autogestão (SINGER, 2002).

Diante deste referencial, nota-se a compreensão da economia solidária como estratégia e política de desenvolvimento solidário, uma vez que esta é voltada para o desenvolvimento socioeconômico de um público que é historicamente excluído.

De acordo com Culti (2010), o estilo de vida urbano e moderno trouxe autonomia para os indivíduos, levando-os a relações despersonalizadas e ações individualistas, cortando os laços sociais e quase que extinguindo os sentimentos de solidariedade, de modo a naturalizar as desigualdades. No entanto, no que cerne aos empreendimentos econômicos solidários, “o vínculo social que se estabelece não é apenas aquele contratualmente definido e utilitarista” Culti (2010, p. 79). Pelo contrário, em tais empreendimentos pode-se notar a existência de solidariedade, a qual pode ser vista através da preocupação com a distribuição equitativa dos resultados, o comprometimento com a natureza, além da busca da melhoria das condições de vida dos participantes e da comunidade na qual está inserida.

Um dos critérios básicos para a participação de um empreendimento numa rede solidária é “não haver exploração do trabalho, expropriação no consumo ou dominação” (MANCIE, 2005). A administração de um empreendimento através do regime de democracia direta, ou seja, a autogestão, é uma das tarefas mais árduas de serem alcançadas, uma vez que “busca evitar que alguns membros monopolizem o trabalho de gerencia, e utilizem esse poder para obter vantagens pessoais ou explorar o trabalho da maioria” (PITAGUARI, 2010, p. 53). Deste modo, a grande dificuldade

encontra-se em superar o individualismo dentro de nós mesmos, enraizado desde o nosso nascimento.

Para Singer (2002), a diferença principal entre um empreendimento de economia solidaria e um empreendimento capitalista está no cerne da relação entre capital e trabalho. As empresas capitalistas a organização de trabalho se dá através da separação hierárquica entre diferentes níveis de autoridade e, principalmente, entre patrão e empregados, é o que o autor chama de heterogestão. Diferente da economia solidária onde não existe tal separação, de modo que todos os trabalhadores são responsáveis pela empresa na qual atuam. No entanto, vale ressaltar que ambos os modelos apresentam pontos positivos e negativos.

Associado pelo sentimento de afetividade, o trabalho cooperativo é característica essencial dos Empreendimentos de Economia Solidária (EES), no que cerne à partilha coletiva da propriedade dos bens e dos resultados através da união de esforços e capacidades, de modo a atender os interesses e objetivos em comum. Deste modo, a união de solidariedade e cooperação despertam uma gradual sensibilidade humana, onde, segundo a autora, percebe-se com mais nitidez entre as pessoas mais empobrecidas, pois estas desenvolvem relações de apoio mutuo, com mais frequência, para garantir sua sobrevivência.

Singer (2002) afirma que a heterogestão é eficiente por ser rápida e flexível, o que é fundamental no mundo competitivo. Porém, a hierarquização entre os distintos setores pode atrapalhar a propagação de informações precisos para cada setor, como também existe a dificuldade na reivindicação de mudanças para os setores mais baixos, uma vez que quanto mais alta a posição hierárquica, maior poder se tem nas mãos.

Por outro lado, para Singer (2002), a autogestão, através de seu caráter democrático, melhora a qualidade do trabalho, uma vez que existe o compartilhamento de múltiplas experiências e atitudes pelos agentes envolvidos. A autogestão é fundamental para caracterizar um empreendimento como solidário, uma vez que é através dela que se “obtem o exercício de práticas participativas nos processos de trabalho, nas definições estratégicas e cotidianas, bem como na direção e coordenação das ações nos diversos graus de interesse dos associados” (CULTI, 2010, p. 76). Deste modo, a característica autogestionária é necessária para não promover a alienação, de modo a promover a igualdade de oportunidades no debate de ideias, gerando assim, um a administração do empreendimento é coletiva e democrática, de modo que todas as ações são tomadas em conjunto. Mas, também devido à democracia, o processo de tomada de decisões torna-se mais lento por conta da necessidade de debates coletivos.

Nos últimos anos, de modo a estimular as atividades solidárias com vista à promoção do desenvolvimento local e sustentável, inúmeros instrumentos e tecnologias foram desenvolvidos. Segundo Mance (2005) inúmeras tecnologias sociais inspiraram políticas públicas, e outras incorporadas nestas, as quais estão abaixo descritas.

- Organizações de Consumo Solidário: são cooperativas ou grupos de compras solidárias que viabilizam o escoamento da produção das mercadorias e serviços, adquirindo os mesmo por preços melhores devido ao conjunto dos consumidores.

- Grupos de Compras Coletivas: ocorre quando um conjunto de sócios de empreendimentos juntam-se para adquirirem insumos para a produção, de forma a baratear seus custos.

- Fundos de Desenvolvimento Solidário, Bancos Comunitários e Cartões de Crédito Solidário: os Fundos são uma fonte de recursos de várias origens, particularmente dos empreendimentos organizados em rede solidária, com o objetivo de financiar atividades dos Bancos Comunitários e os Cartões de Crédito Solidário. Os Bancos Comunitários são sistemas integrados de crédito, organizados por associações de moradores, ONGs ou outras entidades, administrados pela própria comunidades, com o objetivo de oferecer serviços financeiros solidários, como microcrédito, para atender as demandas de produção e consumo legais. O Cartão de Crédito Solidário, por sua vez, é o instrumento implementado pelos bancos comunitários para ativar as vendas no comércio local e estimular o consumo dos produtos gerados na própria região.

- Bancos do Povo: tem como intuito o fornecimento de microcrédito para empreendimentos de pequeno porte e prestadores de serviços. Funciona da seguinte maneira: constituem-se grupos de três ou quatro tomadores de crédito, que assumem coletivamente a responsabilidade pelo pagamento. Deste modo, se o primeiro não pagar o crédito recebido, para o segundo não será fornecido crédito, e assim em diante.

- Feiras e mostras de Consumo Solidário: as feiras e mostras são eventos que tem como objetivo divulgar os produtos e serviços dos empreendimentos de economia solidária para, assim, possibilitar a comercialização destes, facilitando então o encontro direto entre produtores e consumidores.

- Selo de Economia Solidária e Sistema Participativo de Certificação: ambos têm por objetivo identificar os produtos e serviços relacionados a economia solidaria, assegurando a qualidade técnica e ecológica, garantindo a não exploração do trabalhador, expandindo o comércio justo e importante também para a construção da identidade da economia solidaria.

- Incubadoras de Empresas Solidárias: são centros populares que prestam assessoria jurídica, contábil, financeira, administrativa e econômica a empreendimentos solidários. Deste modo, estas unidades estão voltadas ao crescimento e desenvolvimento de empreendimentos solidários, desde a elaboração do projeto até a consolidação, estimulando, assim, a organização autogestionária.

- Moeda Social: moeda criada por comunidades que realizam a economia solidária, a qual funciona como unidade de conta e meio de pagamento. Contribui para as comunidades solidárias à medida em que evita dois tipos de vazamentos da demanda: a compra de produtos e serviços de outros locais, e não funciona como reserva de valor, o que evita também o entesouramento da moeda (PITAGUARI, 2010).

3 Economia Solidária no Brasil

Diante da necessidade de geração de renda, a economia solidária reinventou-se no Brasil na década de 1980, como estratégia de sobrevivência em meio a um cenário de superacumulação capitalista, onde o desemprego, o descaso com os grupos mais vulneráveis e a exclusão social, eram (como ainda são) crescentes, principalmente devido às forças neoliberais de mercado. Assim,

agricultores familiares e produtores autônomos juntaram-se em cooperativas e catadores reuniram-se em associações. Os trabalhadores desempregados também tiveram papel importante, de modo que assumiram a direção de empresas falidas e as recuperaram, passando a serem trabalhadores auto empregados coletivos. No entanto, foi a partir da década de 90 que o termo “economia solidária” se expandiu, conforme o governo foi reconhecendo associações e cooperativas como atividade econômica geradora de trabalho, renda, e inclusão social (SINGER, 2002).

Ao longo dos anos foi criado o Movimento Nacional da Economia Solidária, um conjunto de trabalhadores que buscavam dar rosto e voz a este campo. O Movimento acumulou um conjunto de proposições que foram entregues ao governo de Luiz Inácio Lula da Silva, o que levou a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), em 2003, do banco de dados estatísticos e informações sobre a economia solidária no Brasil. O movimento da economia solidária já era nítido e necessitava de um levantamento de informações acerca dos empreendimentos solidários, de modo a constituir uma rede de conhecimento, então, para isso, a partir de 2004, a SENAES desenvolveu o Mapeamento da Economia Solidária no Brasil. O resultado deste mapeamento é o Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária, o SIES, que consiste em um acervo de dados compostos por informações das Entidades de Apoio, Assessoria e Fomento (EAF) e dos Empreendimentos Econômicos Solidária (EES),

De acordo com a SIES, o segundo mapeamento ocorreu entre os anos de 2010 e 2013, abrangendo além dos empreendimentos e as entidades de apoio e fomento, as políticas públicas voltadas para a Economia Solidária (PPES). O resultado deste mapeamento é uma extensa base de dados quantitativos acerca do perfil da economia solidária no Brasil, visando o fortalecimento e organização da produção e comercialização dos empreendimentos, de modo a facilitar a realização de estudos e pesquisas, além da promoção de visibilidades à economia solidária para obtenção de reconhecimento nacional, principalmente pelos governos, de modo a acarretar na formulação de políticas públicas.

A economia solidária ganhou apoio de governos municipais e estaduais, o que representou uma expansão significativa das atividades econômicas na área devido aos inúmeros programas e centros populares de crédito, comercialização e projetos de capacitação. Além disso, tem ocorrido o aumento da criação e aprovação de leis que instituem políticas de apoio e fomento.

4 Perfil dos Empreendimentos de Economia Solidária no Brasil

O Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SENAES) desenvolveu em 2004 o primeiro mapeamento da Economia Solidária no Brasil. O mapeamento deu origem ao Sistema de Informações em Economia Solidária (SIES), que consiste em banco de dados dos empreendimentos de economia solidária de todo o Brasil, cujo último mapeamento foi realizado no período de 2009 a 2013, o qual será utilizado neste tópico.

Segundo dados do SIES (tabela 1), o total de empreendimentos de economia solidária (EES), no ano de 2013, era de 19.708. Deste total, 2.021 situavam-se no Centro-Oeste (10,25%); 8.040 localizavam-se no Nordeste (40,80%); 3.127 estavam no Norte (15,87%); 3.228 situavam-se no Sudeste (16,38%); e por fim, 3.292 localizavam-se no Sul (16,70%).

Do total de 19.708 empreendimentos de economia solidária, 11.081 empreendimentos, o equivalente a 56,22%, tinham como atividade econômica principal a produção / produção e comercialização, cuja predominância prevalecia na região Nordeste. O Consumo, uso coletivo de bens e serviços pelos sócios ficou em seguida, somando 3.945 empreendimentos, cerca de 20%, predominando na região Nordeste.

Tabela 1 – Atividade Econômica Principal dos Empreendimentos de Economia Solidária no período de 2009-2013

Regiões Geográficas	Atividade econômica principal						Total
	Comercialização ou organização da comercialização	Consumo, uso coletivo de bens e serviços pelos sócios	Poupança, crédito ou finanças solidárias	Prestação do serviço ou trabalho a terceiros	Produção ou produção e comercialização	Troca de produtos ou serviços	
Centro-Oeste	279	308	8	106	1.239	81	2.021
Nordeste	497	2.760	177	445	3.987	174	8.040
Norte	168	167	20	240	2.435	97	3.127
Sudeste	869	396	25	265	1.642	31	3.228
Sul	815	314	98	240	1.778	47	3.292
Não Localizadas	-	-	-	-	-	-	-
Total	2.628	3.945	328	1.296	11.081	430	19.708

Fonte: SIES. SENAES. 2018

A Comercialização ou organização da comercialização era a atividade econômica principal de 2.628 empreendimentos, cerca de 13,34%, de modo que a região Sudeste se destacava, enquanto a Norte tinha baixa significância. A prestação de serviços ou trabalho a terceiros distribuía-se em 1.296 empreendimentos, representando 6,58%, predominando na região Nordeste. A troca de produtos ou serviços era a atividade econômica principal presente em 430 estabelecimentos, 2,19%, dos quais a maioria situava-se na região Nordeste. Por fim, a poupança, crédito ou finanças solidárias era a atividade econômica principal de 328 empreendimentos, cerca de 1,67%, os quais também localizavam-se, em sua maioria, na região Nordeste.

Dentre os motivos para a criação e/ou participação de um EES, a maioria dos empreendimentos responderam que o motivo principal é a busca por uma solução alternativa para o desemprego. O segundo motivo é a obtenção de uma renda complementar. O terceiro motivo foi a busca de ganhos através de um empreendimento de associação, uma vez que torna-se mais fácil e mais barato produzir e comercializar seus produtos coletivamente.

As formas de organização dos empreendimento dos EES brasileiros está apresentado na tabela 2.

Tabela 2 – Forma de Organização dos Empreendimentos de Economia Solidária no período de 2009-2013

Regiões Geográficas	Forma de organização				Total
	Associação	Cooperativa	Grupo informal	Sociedade mercantil	
Centro-Oeste	1.307	175	524	15	2.021
Nordeste	5.969	368	1.675	28	8.040
Norte	2.044	273	802	8	3.127
Sudeste	1.309	318	1.567	34	3.228
Sul	1.194	606	1.450	42	3.292
Total	11.823	1.740	6.018	127	19.708

Fonte: SIES. SENAES. 2018

A forma de organização mais significativa, segundo o mapeamento, eram as associações, com 11.823 empreendimentos enquadrados, cerca de 59,99%, predominando na região Nordeste. Em seguida, os grupos informais distribuíam-se em 6.018 empreendimentos, representando 30,54%, destacando-se nas regiões Nordeste, Sudeste e Sul. O grupo das cooperativas era formado por 1.740 EES, 8,83% do total, a qual a região Sul mostrava-se em destaque. Por último, a sociedade mercantil era a forma de organização presente em 127 estabelecimentos, ou seja, 0,64% do total, principalmente também, na região Sul.

A maior parte dos empreendedores de economia solidária categorizam-se como agricultores familiares, 10.889 EES que correspondem a 55,30% do total, sendo que a maioria dos empreendimentos de agricultura familiar situam-se no Nordeste, como se observa na tabela 3.

Os artesãos constituem cerca de 17,93% do total de empreendimentos, o que corresponde a 3.534 EES, cuja maioria está no Sudeste. Os assentados da reforma agrária constituem 5,24% do total, o equivalente a 1.033 EES, cuja maior parte está localizada no Nordeste. Os catadores de material reciclável são 3,07% dos EES, ou seja, 606 empreendimentos, cuja maioria está no Sudeste. Os artistas, garimpeiros/mineiros, técnicos/profissionais de nível superior, trabalhadores autônomos e os desempregados correspondem respectivamente a 1,14%, 0,10%, 0,98%, 6,40%, e 3,44%. Em todos estes, a maioria dos empreendimentos estão localizados no Nordeste. Em 1.259 EES, ou 6,39%, as categorias do censo não se aplicam ou não há predominância.

Tabela 3 – Categoria Social dos sócios de Empreendimentos de Economia Solidária no período 2009-2013

Categoria Social	Regiões Geográficas					Total
	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	
Agricultores familiares	956	5.687	1.633	913	1.710	10.899
Artesãos	428	844	566	1.049	647	3.534
Artistas	33	80	30	61	21	225
Assentados da reforma agrária	284	382	148	131	88	1.033
Catadores de material reciclável	34	60	28	325	159	606
Garimpeiros ou mineiros	4	11	3	1	1	20
Técnicos, profissionais de nível superior	13	56	34	48	43	194
Outros trabalhadores autônomos / por conta própria	97	350	308	259	247	1.261
Desempregados (desocupados)	22	213	122	159	161	677
Não se aplica ou não há predominância	150	357	255	282	215	1.259
Total	2.021	8.040	3.127	3.228	3.292	19.708

Fonte: SIES. SENAES. 2018

Do total de 19.708 empreendimentos solidários, apenas 2.162 são originários de comunidades tradicionais, como mostrado na tabela 4.

Deste total, a proporção por comunidade constitui-se da seguinte maneira: 3,19% são EES de caboclos, cuja maioria encontra-se no Norte do país; 1,30% são de comunidades de terreiro, cuja maior parte está no Nordeste; 19,89% são de comunidades quilombolas, cuja maioria está localizada no Nordeste também; 8,46% são de extrativistas, cuja maior parte está no Norte; 10,36% são de pescadores artesanais, cuja maioria está no Nordeste; 10,82% são de povos negros, cuja maioria encontra-se no Nordeste do país; 12,72% são de povos indígenas, cuja maioria está localizada no Norte do país; 12,35% são de ribeirinhos, cuja maior parte está no Norte também; por fim, 20,91% são de outros povos e comunidades tradicionais, que estão principalmente no Nordeste e no Sul.

Tabela 4 – Comunidades tradicionais dos sócios de Empreendimentos de Economia Solidária no período 2009-2013

Comunidade tradicional	Regiões Geográficas					Total
	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	
Caboclo	3	11	41	0	14	69
Comunidades de terreiro	1	13	5	6	3	28
Comunidades quilombolas	26	247	77	56	24	430
Extrativistas	6	43	129	3	2	183
Pescadores artesanais	11	89	66	3	55	224
População negra	26	101	43	41	23	234
Povos indígenas	64	95	65	26	25	275
Ribeirinhos	9	43	210	4	1	267
Outros povos e comunidades tradicionais	38	136	106	46	126	452
Total	184	778	742	185	273	2.162

Fonte: SIES. SENAES. 2018

Muitos empreendimentos utilizam mais de um local para vender e trocar seus produtos, deste modo, neste quesito, admite-se múltipla escolha, o que justifica o aumento do total de empreendimentos na tabela 5. Assim, 1.927 empreendimentos comercializam seu produto no mercado/comércio estadual; 315 no mercado/comércio externo (exportação); 7.765 no mercado/comércio local ou comunitário; 7.205 no mercado/comércio municipal; 817 no mercado/comércio nacional; 2.483 no mercado/comércio territorial ou microrregional. Em relação ao local de venda e/ou troca de produtos, o Nordeste destaca-se em todas as formas, sendo a principal região.

Tabela 5 - Local de venda e/ou troca do produto dos Empreendimentos de Economia Solidária no período 2009-2013

Regiões Geográficas	Local de venda e/ou troca do produto						Total
	Mercado / comércio estadual	Mercado / comércio externo (exportação)	Mercado / comércio local ou comunitário	Mercado / comércio municipal	Mercado / comércio nacional	Mercado / comércio territorial ou microrregional	
Centro-Oeste	248	23	841	712	64	207	2.095
Nordeste	592	106	2.772	2.615	260	755	7.100
Norte	413	87	1.713	1.555	168	423	4.359
Sudeste	289	59	1.305	1.112	155	552	3.472
Sul	385	40	1.134	1.211	170	546	3.486
Total	1.927	315	7.765	7.205	817	2.483	20.512

F

Fonte: SIES. SENAES. 2018

Muitos empreendimentos têm mais de uma dificuldade na hora de comercializar seus produtos e serviços, deste modo, neste quesito, admite-se múltipla escolha, o que justifica o aumento do total de empreendimentos na tabela 6. A falta de capital de giro é a principal dificuldade encontrada pelos EES, principalmente na região Nordeste; a dificuldade ou custo elevado de transporte vem em segundo lugar, se destacando também na região Nordeste; a estrutura para comercialização também está em terceira posição, também sendo mais relevante na região Nordeste (Tabela 6).

Tabela 6 – Principais dificuldades na comercialização dos Empreendimentos de Economia Solidária no período 2009-2013

Principais dificuldades na comercialização	Regiões Geográficas					
	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Total
A concorrência, os atravessadores e a existência de monopólios	209	1.040	393	237	338	2.217
Dificuldade em manter a regularidade do fornecimento	207	755	296	172	218	1.648
Dificuldade ou custo elevado de transporte	322	1.156	601	293	283	2.655
Estrutura para comercialização local (espaço Equipamentos, etc) inadequada	329	1.063	536	347	375	2.650
Falta de capital de giro	486	1.361	749	598	518	3.712
Falta de registro legal para a comercialização (emitir nota fiscal etc)	203	523	287	316	292	1.621
Falta de registro sanitário ou alvará	170	312	188	74	166	910
Não há sócios disponíveis para cuidar da comercialização	135	365	236	181	162	1.079
Ninguém do empreendimento sabe como se faz uma venda (argumentação, negociação, etc)	38	177	56	94	36	401
O empreendimento já sofreu muitos calotes e não sabe como evitar	83	348	173	87	112	803
O empreendimento não conseguiu encontrar clientes o suficiente	163	679	286	302	207	1.637
Os clientes exigem um prazo para o pagamento	182	507	224	149	152	1.214
Os compradores só compram em grande quantidade	104	256	98	45	85	588
Os preços praticados são inadequados	214	746	325	146	174	1.605
Os produtos não são conhecidos	111	318	86	131	174	820
Precariedade das estradas para escoamento da produção	233	893	434	122	162	1.844
Outra dificuldade	97	299	174	131	199	900
Total	3.286	10.798	5.142	3.425	3.653	26.304

Fonte: SIES. SENAES. 2018

Em todas as regiões do Brasil, pode-se perceber que 12,18% dos empreendimentos buscaram crédito ou financiamento, mas não obtiveram, principalmente na região Centro-oeste, onde

do total de 2.021 empreendimentos, 17,36% não obtiveram tais recursos. Apenas 11,11% buscaram e obtiveram crédito ou financiamento, especialmente na região Norte, onde do total de 3.127 empreendimentos, 13,05% obtiveram tal recurso. No entanto, 76,71% dos empreendimentos não buscaram crédito ou financiamento, principalmente na região Sudeste, onde do total de 3.228 empreendimentos, 87,36% não buscaram tais recursos.

Tabela 7 – Condições de busca de crédito ou financiamento dos Empreendimentos de Economia Solidária no período 2009-2013

Regiões Geográficas	Condição de busca	Quantidade de EES	Porcentagem
Centro-Oeste	Buscou crédito ou financiamento, mas não obteve	317	1,61%
	Buscou e obteve crédito ou financiamento	120	0,61%
	Não buscou crédito ou financiamento	1.584	8,04%
Nordeste	Buscou crédito ou financiamento, mas não obteve	1.141	5,79%
	Buscou e obteve crédito ou financiamento	1.036	5,26%
	Não buscou crédito ou financiamento	5.863	29,75%
Norte	Buscou crédito ou financiamento, mas não obteve	543	2,76%
	Buscou e obteve crédito ou financiamento	408	2,07%
	Não buscou crédito ou financiamento	2.176	11,04%
Sudeste	Buscou crédito ou financiamento, mas não obteve	196	0,99%
	Buscou e obteve crédito ou financiamento	212	1,08%
	Não buscou crédito ou financiamento	2.820	14,31%
Sul	Buscou crédito ou financiamento, mas não obteve	204	1,04%
	Buscou e obteve crédito ou financiamento	413	2,10%
	Não buscou crédito ou financiamento	2.675	13,57%
Total	Buscou crédito ou financiamento, mas não obteve	2.401	12,18%
	Buscou e obteve crédito ou financiamento	2.189	11,11%
19.708 EES	Não buscou crédito ou financiamento	15.118	76,71%

Fonte: SIES. SENAES. 2018

Entre as razões para não buscar crédito, a maioria dos empreendimentos declararam que não buscaram crédito pois não houve necessidade, especialmente nas regiões Sul e Sudeste, enquanto que nas regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste, o medo ou receio de contrair dívidas foi o principal motivo.

Além disso, as maiores dificuldades encontradas para obtenção de crédito consistem na burocracia dos agentes financeiros, o que ocorre em 27,46% dos EES, fator predominante em todas as regiões; em segundo lugar está a falta de apoio para elaboração de projetos de viabilidade

econômica, especialmente nas regiões Norte e Nordeste, com 15,69%; e em seguida, grande parte dos empreendimentos não possuem a documentação exigida pelo agente financeiro, com 12,49%, especialmente na região Sudeste. Entre as outras razões, considera-se a falta de aval ou garantia, falta de linha de crédito, prazos de carência inadequados e taxas de juros elevadas ou incompatíveis com a capacidade do empreendimento.

A estimativa da população residente por nível de instrução atuante em empreendimentos solidários se divide da seguinte maneira: 57,75% sem instrução e fundamental incompleto, principalmente no Nordeste e Norte, respectivamente, onde 65,90% e 65,25% do total de sócios não tem instrução ou tem o fundamento incompleto; 14,77% fundamental completo e médio incompleto, principalmente no Sul, onde 16,24% do total de sócios tem o fundamental completo e o médio incompleto; 19,91% médio completo e superior incompleto, principalmente na região Sudeste, onde 22,25% do total de sócios tem tal instrução; 7% da população tem superior completo, principalmente na região Sudeste, onde 9,06% tem o nível superior; e por fim, 0,57% não determinado (Tabela 8).

Tabela 8 – Nível de instrução dos sócios de Empreendimentos de Economia Solidária no ano de 2010

Regiões Geográficas	Nível de instrução				
	Sem instrução e fundamental incompleto	Fundamental completo e médio incompleto	Médio completo e superior incompleto	Superior completo	Não determinado
Centro-Oeste	4,11%	1,10%	1,51%	0,61%	0,04%
Nordeste	18,34%	3,55%	4,68%	1,15%	0,11%
Norte	5,43%	1,12%	1,40%	0,34%	0,04%
Sudeste	22,00%	6,68%	9,38%	3,82%	0,25%
Sul	7,87%	2,33%	2,94%	1,15%	0,06%
Total	57,75%	14,77%	19,91%	7,06%	0,51%

Fonte: SIES. SENAES. 2018

Do total de empreendimentos solidários, 55,44% são gerenciados por homens e 44,56% por mulheres. Na região Centro-Oeste, os homens representam 53,74% e as mulheres 46,46%, ambos em sua maioria atuando como agricultores familiares. Na região Nordeste não é diferente, ambos os sexos atuam majoritariamente na agricultura familiar, de modo que os homens equivalem a 52,74% e as mulheres 47,26%. Na região Norte, onde ambos também atuam principalmente na agricultura familiar, os homens representam 54,09% da população e as mulheres 45,91%.

Tabela 9 – Participação dos sexos feminino e masculino nos Empreendimentos de Economia Solidária no período 2009-2013

Região Geográfica	Sexo	
	Homens	Mulheres
Centro-Oeste	53,74%	46,26%
Nordeste	52,74%	47,26%
Norte	54,09%	45,91%
Sudeste	50,68%	49,32%
Sul	65,95%	34,05%
Total	55,44%	44,56%

Fonte: SIES. SENAES. 2018

A menor discrepância quanto ao gênero na participação nas EES, ocorre na região Sudeste, onde 50,68% dos EES são gerenciados por homens, que atuam principalmente na agricultura familiar, enquanto 49,32% dos EES são gerenciados por mulheres, que atuam principalmente como artesãs. A região Sul segue o caminho da maioria, onde ambos os sexos atuam na agricultura familiar, no entanto, com a maior discrepância entre as regiões, onde 65,95% dos homens atuam em EES em contraste com 34,05% de mulheres.

5 Considerações finais

A economia solidária é uma alternativa para a geração de renda da população em tempos de elevado desemprego, fazendo com que haja uma maior democratização no trabalho, e alavancando uma justiça social. Os EES são uma realidade no Brasil. Devido a sua importância, economia solidária ganhou apoio de governos municipais e estaduais, o que representou uma expansão significativa das atividades econômicas na área devido aos inúmeros programas e centros populares de crédito, comercialização e projetos de capacitação.

Além disso, tem ocorrido o aumento da criação e aprovação de leis que instituem políticas de apoio e fomento. No entanto, é necessário que o Estado apoie, ainda mais, os empreendimentos e as redes de economia solidária, posto que, na maioria das vezes, estas não dispõem de recursos próprios, e dependem de subsídios públicos e isenções fiscais.

Referências

BARBOSA, R. N. C. **A Economia Solidária como Política Pública**: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil. 2005. 306 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

BRASIL. Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária. Disponível em: [HTTPS://ecosol.dieese.org.br/indicadores.php#main](https://ecosol.dieese.org.br/indicadores.php#main) Acesso em 05/01/2017

CULTI, Maria Nezilda. **Economia Solidária no Brasil**: tipologia dos empreendimentos econômicos solidários. São Paulo: Todos os Bichos, 2010. 120 p.

GAIGER, L. I. A Economia Solidária e a Revitalização do Paradigma Cooperativo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 28, n. 82, 2013.

MANCE, E. A. A revolução das redes de colaboração solidária. In: **Encontro Internacional de Economias Salesianas**, Sevilha, 2005.

_____. **Redes de colaboração solidária**: Aspectos econômico-filosóficos: complexidade e libertação. Petrópolis: Vozes, 2002.

MONTEIRO, P. C. **A Economia Solidária como Política Pública**: desafios de uma construção – reflexões a partir da experiência baiana. Bahia: Universidade Federal da Bahia, 2009. 152 p.

OWEN, R. O Livro do Novo Mundo Moral. In: TEIXEIRA, A. (ed.). **Utópicos, Heréticos e Malditos**: Os Precusores do Pensamento Social de Nossa Época. Rio de Janeiro, RJ: Record, 2002. p. 101-146.

PITAGUARI, S. O. **A economia solidária no Brasil**: políticas públicas e desenvolvimento local. 2010. 145 f. Dissertação (Mestrado em Economia Regional) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2010.

PRAXEDES, S. F. **Políticas públicas de economia solidária**: novas práticas, novas metodologias. 2009

SANTOS, V. C. **Economia Solidária**: principais conceitos e a materialidade na realidade brasileira. 2010. 111 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2010.

SCHIOCHET, V. Institucionalização das políticas públicas de economia solidária: breve trajetória e desafios. **Mercado de trabalho**, v. 40, p; 51-59, 2009.

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**. 1. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

ZAAR, M. H. Dos Socialismos Utópico e Revolucionário à Economia Solidária. **Mercator - Revista de Geografia da UFC**, v. 12, n. 2, 2013.